

## GT 37 – Psicanálise e laço social: formação, produção e intervenções sobre a [des]inserção

### 1. Histórico

Grande parte dos integrantes desse grupo obtiveram seus mestrados, doutorados e/ou pós-doutorados no 3<sup>o</sup> cycle do Département de Psychanalyse de Paris VIII, fundado pelo Dr. Jacques Lacan, onde se ensina Teoria Psicanalítica. A metodologia de pesquisa em psicanálise é transmitida pela exposição às dificuldades da prática psicanalítica. Os projetos de pesquisa dos pós-graduandos são desenvolvidos nas seções clínicas (que funcionam em diferentes instituições públicas) onde aperfeiçoam sua prática psicanalítica sob supervisão de seus orientadores. No Brasil, nossos laços de cooperação na pesquisa sobre a teoria e a clínica psicanalítica estreitaram-se graças à participação de alguns de nós na Escola Brasileira de Psicanálise e na Associação Mundial de Psicanálise. Os eventos promovidos por essas sociedades científicas nos proporcionaram a ocasião para muitos encontros, reuniões de trabalho e participação conjunta em debates públicos. A constituição desse grupo se caracteriza pelo fato de estarmos profundamente comprometidos com o ensino, a pesquisa e a extensão em programas de pós-graduação de universidades públicas e privadas. Em 2003 nós nos reunimos num Acordo internacional de pesquisa sobre Psicanálise pura e aplicada: o estatuto do sujeito e do Outro nos sintomas contemporâneos com esse Departamento de Paris VIII, coordenado pelos professores Serge Cottet e Tania Coelho. Os primeiros momentos dessa cooperação ensejaram a publicação do livro: Coelho dos Santos,

T. (org.) Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada, Ed. Contracapa, RJ, 2005. O resultado prático dessa aproximação entre docentes de diferentes instituições universitárias, por meio desse acordo, foi uma maior integração entre laboratórios registrados no Diretório Nacional de Grupos de pesquisa do CNPq. Foi por essa razão que Jésus Santiago (2006) esteve no PPGTP/UFRJ desenvolvendo uma pesquisa de pós-doutorado, sob a supervisão de Tania Coelho. Depois dele, foi a vez de Márcia Rosa (2007) e Ana Lydia (2008) seguirem o mesmo caminho. Então, Rita Manso, que defendeu seu doutorado no PPGTP/UFRJ, veio nos encontrar. Analícea Calmon (2005) e Maria José Gontijo (2006), sob orientação de Tania Coelho, efetuaram seu doutorados na vigência desse acordo. Vale ressaltar que Ana Lydia e Maria José (PDEE/CAPES) estiveram em Paris durante um período de tempo sob a supervisão direta de Serge Cottet. O estreitamento de nossa cooperação traduziu-se no crescimento expressivo da participação em exames de qualificação e bancas de mestrado e doutorado. Essa forma de interação representa um trabalho de colaboração e co-orientação de novos pesquisadores e docentes. Desde então, temos desenvolvido muitos debates acerca das práticas de psicanálise aplicada - no contexto particular da sociedade brasileira contemporânea - durante as plenárias e mesas redondas de diferentes eventos: jornadas, congressos nacionais e internacionais e outras modalidades de encontro científico. Dessa interlocução constante resultou a criação da Revista aSEPHallus, editada por Tania Coelho com um corpo editorial do qual fazem parte todos os integrantes desse GT. São editores associados Serge CotteT (Paris VIII) e Ana Lydia Santiago (UFMG). A característica mais expressi-

va da coesão desse grupo é sua inclinação para a pesquisa/intervenção. Nesse aspecto, destacam-se dois eixos diretores de suas atuações. O primeiro é o da pesquisa acerca dos novos sintomas da civilização contemporânea, que constituem-se sem a mediação do inconsciente recalcado. Diferentemente dos sintomas clássicos, que são formações do inconsciente e expressam o “retorno do recalcado” sob a forma de representações distorcidas, as atuações, passagens ao ato e as compulsões predominam nos novos sintomas. O segundo é a importância capital que concedemos à realidade brasileira na construção da reflexão científica. Embora o Brasil experimente os efeitos do avanço do capitalismo globalizado, não se deve generalizar o conhecimento psicanalítico sobre os novos sintomas. A desigualdade de renda e de acesso à escolarização nos obriga a um trabalho permanente de contextualização. Essa convergência de interesses em torno desses dois eixos, nos levou a formalizar nossa rede universitária de pesquisa, por meio de um GT na última ANPEPP. Por ocasião do XII simpósio, sustentamos a idéia de que a formação do pesquisador em psicanálise aplicada seria beneficiada pela criação de mestrados profissionais. Essa posição não foi bem recebida naquele momento pela comissão científica do XII Simpósio da ANPEPP mas, recentemente, a CAPES regulamentou essa modalidade de mestrado em nossa área. Pensávamos, há dois anos atrás, em desenvolver um mestrado interinstitucional ou ainda, um mestrado profissional. Em lugar dessa proposta mais ambiciosa e somente executável a longo prazo, decidimos que seria preciso, primeiro, criar Seções Clínicas nos diferentes programas de pós-graduação onde atuamos. Nos últimos dois anos começou a funcionar a primei-

ra delas no PPGTP/UFRJ. O resultado das conversações clínicas que mantivemos nesse espaço traduziu-se na produção de uma coletânea de artigos intitulada: “Inovações no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada” (Editora 7 Letras, 2009). Essa coletânea apresenta um amplo espectro de pesquisas e intervenções psicanalíticas, além de uma experiência de inovação no ensino de graduação, graças à reorganização do Serviço de Psicologia Aplicada realizada na FUMEC (Sérgio Laia). Durante essas conversações clínicas e outras reuniões de trabalho, pudemos avaliar a consistência e a efetividade da pesquisa em psicanálise aplicada nas diferentes interfaces com o direito, a educação, a medicina e o trabalho nas grandes corporações. Dessas diferentes experiências de pesquisa-intervenção pudemos extrair um novo significado para orientar a reorganização do novo GT: [des]inserção social. Avaliamos que diferentes campos da vida institucional do país (saúde, educação, cultura, lazer, direito) têm problematizado sua atuação com a preocupação - de forma mais ou menos explícita - com os efeitos de inclusão ou de exclusão de suas práticas sobre o sujeito. Surgiu, então, a seguinte pergunta: a ideologia que orienta as práticas institucionais no sentido de produzir a inclusão e evitar a marginalização social apóia-se em princípios compatíveis com a ética do psicanalista? A resposta a essa questão nos levou a diferenciar nosso vocabulário. No lugar de nos servir dos termos usualmente convocados - inclusão e exclusão - partimos da perspectiva mais apropriada ao campo da psicanálise que considera que o sujeito é sempre singular e que sua inserção no laço social é sempre, mais ou menos, precária. Demarcamos assim nossa diferença com respeito às ideologias individualistas e igualitárias

que – em nome dos direitos humanos – visam homogeneizar as necessidades e demandas do sujeito. Como o uso do termo desinserção não goza de uso consagrado na língua portuguesa, decidimos adotá-lo para problematizar o conceito psicanalítico de laço social. Ele está bem estabelecido no campo da medicina, por exemplo, no Dicionário digital de termos médicos significa “desligamento cirúrgico de uma estrutura normal de aderência seja, um músculo, tensão ou ligamento”. Um certo pesquisador da USP, fala do surgimento da economia graças à sua desinserção de outros campos. Na educação esse termo é mencionado geralmente entre aspas. Nos estudos de sociologia do trabalho fala-se muito em inserção, desinserção e reinserção do trabalhador. No campo da psicanálise, esse termo começa a ser empregado para designar, por exemplo, os efeitos do desencadeamento de uma psicose nas relações com o ambiente social. Ao colocar o [des] entre colchetes pretendemos indicar que existe uma inquietação com o uso desse significante e não uma adoção clara e definitiva. Essa atitude inquieta nos permite interrogar o que entendemos por inserção e [des] inserção no laço social. Como distinguir a singularidade do sujeito, seu modo único de usufruir da vida, da noção de [des]inserção social? Quando é que podemos afirmar que um sintoma conecta (ou desconecta) o sujeito do laço social? Qual o estatuto próprio dessa noção no campo da psicanálise? O novo GT vai ensejar um amplo espectro de pesquisas. Monografias de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado em torno do tema da inserção e da [des] inserção social. Podemos antecipar que serão apresentados muitos trabalhos em eventos científicos que vão gerar uma grande quantidade de artigos em co-au-

toria que serão publicados em coletâneas do GT ou em nas revistas científicas de psicologia bem avaliadas. Podemos prever que essa produção terá impacto inovador no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada. Acreditamos que já é hora de precisar o uso adequado dos termos inserção e [des] inserção no laço social, no campo da psicanálise, evitando a importação impensada e confusa do uso desse termos em outros campos do conhecimento. Esse esforço é essencial para manter a coerência e a coesão dos conceitos, além da orientação prática correta em psicanálise.

## 2. Objetivos e propostas de trabalho

Na pesquisa em psicanálise aplicada desenvolvemos intervenções analíticas no âmbito de diferentes instituições de saúde pública, de educação e judiciárias. Partimos do princípio de que os impasses subjetivos que ameaçam a consistência e a permanência do laço social não são apenas o efeito do real incurável da pulsão. São a conseqüência do avanço do discurso do capitalismo e da ideologia individualista hiper-competitiva que a ele se associa. A formação de novos pesquisadores em psicanálise requer o desenvolvimento de recursos teóricos e clínicos para intervir num amplo espectro de sintomas sociais. É preciso resistir às políticas que calam o mal-estar no sujeito, por meio de medidas assistencialistas ou medicamentosas. A maior evidência, nos dias de hoje, da precariedade do laço social é o crescimento da violência. Alguns sintomas sociais são comumente, associados a ela: o fracasso escolar, a desresponsabilização subjetiva, o desemprego, a pobreza, a desestruturação familiar, a adição às drogas e ao álcool, além do isolamento na loucura. Para introduzir nossa perspectiva sobre a

[des] inserção social, tomamos como orientação a formalização das teses clássicas do texto freudiano, “O mal-estar na civilização” (1930), que o psicanalista francês Jacques Lacan empreendeu em seu Seminário “O avesso da psicanálise” (1969/70)<sup>3</sup>. Destacaremos em nossa proposta de pesquisa, a relevância da inversão de perspectiva que Lacan operou sobre a seguinte hipótese freudiana: à medida que a civilização avança, aumentam os efeitos de recalçamento da sexualidade. Lacan questiona a tese de que as relações entre civilização e sexualidade, na modernidade, se reduzam à subtração da satisfação pulsional graças à identificação aos ideais. A lógica do capitalismo e do individualismo contemporâneos impele à desidentificação aos ideais e à exaltação dos objetos do consumo. Visam a produção de um excesso de gozo, de lucro, de mais-valia. Os sintomas clássicos, produtos da sociedade vitoriana, engendravam-se o recalque das pulsões sexuais e a adesão aos ideais monogâmicos da família. Os efeitos da liberação da sexualidade predomina a relação compulsiva aos objetos de prazer. A estrutura do sintoma é, portanto, equivalente ao discurso da civilização. O laço social, por conseguinte, é idêntico ao discurso hegemônico de uma época ou, ao sintoma coletivo. Desde a intensificação dos processos de globalização da economia e da informação, o discurso do capitalismo mais contemporâneo alimenta a convicção de que nada mais é impossível. Incita à desorganização das funções paterna e materna, do lugar da criança como sujeito e da própria sexualidade. Em benefício de um individualismo selvagem, anuncia que tudo é possível, [des] inserindo o sujeito do discurso e do laço social. Dissolve, em nome de

uma satisfação a qualquer custo, a conjunção contingente do desejo de um homem por uma mulher. Podemos reconhecer os efeitos desse discurso no âmbito da família. As crianças-sintoma da relação entre um homem e uma mulher, hoje, são educadas pela televisão ou pela internet. A mulher entrou no mercado de trabalho. Não tem mais tempo para cuidar das crianças. Observamos também uma tendência crescente no sentido de transformar todo tempo da vida em tempo útil, dedicado ao trabalho, a ganhar mais dinheiro para expandir o poder de consumo. Ninguém hoje tem tempo para nada! O resultado dessa expansão do consumo é que no atual estágio do capitalismo vivemos uma inversão da relação entre oferta e procura. O desejo do homem é produzido no mercado, que lhe diz o que desejar, produzindo suas necessidades e levando-o a consumir até consumir-se a si mesmo. Os mestres da sociedade contemporânea - o mercado e a tecnologia - não parecem interessados nas singularidades dos sujeitos nem no que eles têm a dizer. Ela só precisa de consumidores vorazes e dóceis. Essa lógica implacável não cessa de produzir também exclusão, marginalização, depressão, precariedade subjetiva, pobreza e muitas outras figuras da [des] inserção no laço social. Perspectivas psicanalíticas sobre a [des] inserção social: formação, produção e intervenções. Tania Coelho dos Santos (PPGTP/UFRJ) destaca que a “moral sexual civilizada”, comentada por Freud, era paradoxal. De um lado, o Estado moderno se apóia na ciência do direito natural. A concepção de homem do direito científico engendrou as grandes revoluções e a essência da Declaração dos direitos do Homem: “Todo homem nasce livre e igual”. Interroga essa falácia jurídica individualista pois, uma criança nunca é

3. Lacan, J. (1969/70) O avesso da psicanálise, Jorge Zahar Editores, RJ., 1991

livre e igual a um adulto. Do mesmo modo, entre um homem e uma mulher existe sempre a diferença sexual. Paradoxalmente, cabe à família - que não pode ser igualitária - sob a autoridade do pai, a função de transmitir os direitos e deveres que conferem consistência e permanência ao laço social. O que Freud nomeou de “doença nervosa moderna” é o sintoma edipiano da família: o significativo mestre, “pai”, na modernidade é uma figura em declínio e não está à altura de assegurar a adesão aos ideais da civilização pelo recalçamento dos pulsões. Os laços sociais da família moderna - reduzida ao seu núcleo mínimo, edipiano - afrouxaram-se, em proveito do individualismo. A desestruturação da família contemporânea torna ainda mais difícil a transmissão dos ideais e a localização do objeto pulsional, necessária à inserção do sujeito na civilização. Sérgio Augusto Chagas de Laia (FUMEC/MG) constata que, particularmente nas últimas décadas, nas famílias, dá-se uma crescente demissão do pai de suas funções e uma progressiva extensão do domínio materno. Essas mudanças têm produzido grandes alterações na função que Lacan, quanto à família, sublinhou em termos de transmissão de uma subjetividade e de um desejo que não seja anônimo. Podemos articular essas alterações com o que estudos, sociológicos clássicos e contemporâneos, chamam de “anomia” e, que seria determinante da ascensão da violência praticada por jovens que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos. Se esta articulação é possível, como a psicanálise de orientação lacaniana se diferencia de uma perspectiva conservadora que defende a “família tradicional” como uma espécie de “guardião da ordem social”? A resposta a essas perguntas será baseada em uma investigação empírica com jovens infra-

tores. Rita Maria Manso de Barros (PPGP/UERJ) verifica nas comunidades desfavorecidas, onde há um grande número de famílias monoparentais que as crianças e os adolescentes ficam mais submetidos ao desejo da mãe. Na puberdade, o ato infracional e a gravidez precoce são respostas ao real da pulsão que os desligam prematuramente da escola e os [des] inserem do laço social. A pobreza é reproduzida por meio dessas más-escolhas e, em nossas intervenções na [des]inserção social, precisamos evitar dois riscos ideológicos: a) a reivindicação de que o sujeito seja tratado como exceção, que dá lugar ao assistencialismo. b) a lógica capitalista do mercado que comanda a inserção pela via do trabalho alienado e do consumo voraz. Como na contemporaneidade temos a sociedade do excesso, vivemos globalizadamente o declínio da autoridade dos ideais. Os laços sociais entre as gerações tornam-se cada vez mais horizontalizados. Essas mudanças tem afetado as instituições educativas, transformando a relação da criança e do adolescente com o conhecimento. O saber foi reduzido ao diploma, uma mercadoria que se compra e se vende. Isso tem efeitos de [des] inserção simbólica tanto nos aprendizes quanto em seus mestres. Ana Lydia Santiago (PPGE/UFMG) por solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e com o objetivo de propor ações em escolas dessa cidade que apresentavam Índice de Desenvolvimento Escolar Básico (IDEB) insuficiente e resultado muito baixo na Avaliação Censitária (Prova Brasil/INEP), propõe-se a verificar os efeitos da pesquisa-intervenção por meio de entrevistas clínicas junto a crianças com três anos de escolaridade e ainda não alfabetizadas. Trata-se de incidir sobre a inibição intelectual para inseri-los no mundo simbó-

lico da leitura e da escrita. Antônio Márcio Teixeira (PPGP/UFMG) propõe-se a estabelecer o estatuto da singularidade visado no tratamento psicanalítico, por oposição às terapêuticas normativas que almejam a conformação do sujeito a um tipo social reconhecido. Para isso é preciso distinguir inserção simbólica e inclusão social. É necessário restabelecer o estatuto das classificações diagnósticas. Os tipos diagnósticos da psicanálise devem ser pensados como classes paradoxais (Milner), pois designam a maneira histórica, obsessiva ou psicótica do sujeito ser inagrupável e dessemelhante de qualquer outro. O processo analítico consiste na destituição de todo predicado pelo qual se designa o pertencimento do sujeito que resulta dessa experiência e que se define pela impossibilidade mesma de ser incluído em qualquer representação. Os termos diagnósticos devem ser pensados como « Tipo Ideal » (Weber) e não a partir de práticas classificatórias. Margarida Elia Assad (PPGL/UFPR) parte da crítica ao nominalismo, como uma tentativa atual de solucionar a problemática entre o universal e o particular, apontando a contingência que essas categorias assumem no contemporâneo. Pretende problematizar o ato de nomear como uma forma que a sociedade contemporânea encontrou de produzir particularidades, para limitar a expectativa de universalização do usufruto do corpo, produzidas pelo discurso científico. A prática da nomeação, da categorização dos sintomas (DSM, bullying, os EMOs ou tatoos) promovem a [des]inserção dos sujeitos nomeados. O nominalismo, presente na exigência das categorizações científicas ou sociais, não reconhece que existe algo impossível de ser nomeado, intensificando os fenômenos de [des] inserção simbólica dos indivíduos. Jesús Santiago (PPGP/UFMG)

afirma que existe um fator segregativo inerente à nomeação pela linguagem. É preciso distingui-lo da tendência massificadora da civilização contemporânea, que engendra padrões universais e homogêneos de estilos de vida e modos de gozo. Quanto mais uma sociedade favorece os ideais de igualdade e de identificação em massa, mais cresce a tendência à delinqüência própria aos ideais individualistas de ascensão social. Buscar eliminar esse fator segregativo da linguagem e da palavra é suprimir a experiência singular que envolve a existência de cada sujeito. Por essa razão, a psicanálise adverte quanto ao abuso da categoria dos direitos humanos nos discursos políticos da modernidade. Maria José Gontijo (PREPES/PUC-MG) sustenta que uma instituição que prive alguém da liberdade, separa da sociedade, por um período de tempo, os indivíduos sentenciados pela prática de crime. A [des]inserção da sociedade não é a mesma coisa que a [des]inserção do laço social. Será que, de um ponto de vista psicanalítico, numa instituição carcerária, produzem-se outras formas de laço social? Esta pesquisa interroga se a escuta da singularidade do sintoma - mais além dos aparelhos discursivos, das normas e de identificação ao grupo que ocorre nestes locais - pode produzir efeitos inéditos de inserção no laço social. Fernanda Otoni de Barros-Brisset (PREPES/PUC-MG) observa que a política de inserção tem sido o significante mestre que agencia o discurso ideológico, institucional, gerencial, nesse momento. No caso dos loucos infratores, no debate político travado entre os partidários da defesa social e aqueles dos direitos humanos, registramos apenas um consenso: a sua inserção nas políticas do SUS. Quando surge a pergunta sobre a periculosidade do louco infrator em crise, não há acordo se o

SUS deve entrar nos manicômios judiciais ou se são os loucos quem devem sair. A política da psicanálise orienta-se pelas respostas de sujeito, seu esforço em alojar o singular do gozo numa solução que lhe seja satisfatória, numa amarração que chamamos de laço social. Esta pesquisa pretende investigar como as práticas orientadas pela lógica da inserção nas políticas públicas convivem com a emergência da [des]inserção fundamental do sujeito, no momento de “crise”, verificando se a oferta da psicanálise, dentre os vários discursos que cruzam este campo feito por muitos, pode causar a porosidade necessária na política, para secretariar o “saber fazer” do sujeito com o que em si não se insere na lógica do “para todos”. Marta Regina de Leão D’Agord (PPGPSI/UFRGS) propõe que existe um, o discurso da toxicomania. O discurso hegemônico que ordena o laço social faz com que o mundo funcione. Na estrutura dos quatro discursos, a toxicomania é um contraponto a esse discurso hegemônico. A droga - como um objeto a, é gozo a mais - e pode ocupar o lugar de agente do discurso (S<sub>1</sub>). A droga faz o sujeito (\$) produzir mandatos (S<sub>1</sub>). O produto dessa estrutura de discurso é o imperativo (S<sub>1</sub>): - Goza! Assim como no processo analítico, o saber é colocado no lugar da verdade, uma vez que é em função de uma insatisfação fundamental que o toxicômano busca a droga como mestre. Analícea Calmon dos Santos (ETCP/UFBA) pensa que a toxicomania não é um discurso e sim uma das novas formas de sintoma. Em sua pesquisa ela não considera que existe um discurso da toxicomania, pois considera que a drogadicção é um efeito do discurso do capitalismo. Interroga se o discurso analítico permite a inserção do toxicômano numa modalidade de laço social distinta do discurso do capitalista. Como a rela-

ção aos objetos da satisfação pulsional é plástica, ela aposta em três modalidades de retificação do toxicômano: a posição sujeito-objeto, o modo de gozo e a função do objeto droga. É preciso retificar a atuação e a passagem ao ato - que se dão sob o imperativo capitalista do gozo - para inseri-lo na ética do desejo. Márcia Maria Rosa Vieira investiga os efeitos de [des]inserção do pretengo a-teoricismo do DSM-IV-TR e dos produtos das neurociências, que se traduzem em novas patologias (fobia social, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, transtorno de pânico, etc.) ou ainda um uso de entidades clínicas clássicas, que são reconfiguradas e desvinculadas de um debate causal, tal como os transtornos bipolares e o TOC (transtorno obsessivo compulsivo). No campo desses efeitos podemos interrogar também os usos e abusos de medicamentos. A [des]inserção subjetiva e social desse movimento biologizante acaba produzindo fenômenos de grupo ou de massa no campo da saúde pública e mental, tais como as manifestações epidêmicas: o TAB (transtorno afetivo bipolar), e o TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade). Cabe perguntar se esses efeitos das neurociências, contribuem para a [des]inserção subjetiva no laço social e desresponsabilização do sujeito perante o desejo, o Outro e o usufruto do corpo. Claudia Maria de Sousa Palma (PPGP/UFMS) sustenta que a inserção do sujeito no laço social depende do sintoma como meio de regulação do gozo. Os novos sintomas denotam que existe uma falha na mediação da linguagem, logo, a satisfação pulsional apresenta-se como ato, [des] inserida do discurso. No cenário público de saúde, com suas demandas e seus preceitos universais de qualidade de vida, é preciso evitar o risco de que os dispositivos que se

apresentam como psicanalíticos (grupos, oficinas) nos hospitais gerais e nos Caps tentem produzir a reinserção do sujeito por meio da adequação à norma. A função terapêutica na psicanálise, diferentemente, apóia-se na singularidade do circuito pulsional, para reinserir o sujeito no discurso.

### 3. Participantes

1. Tania Coelho dos Santos – UFRJ (Coordenadora)
2. Jésus Santiago – UFMG (Coordenador)
3. Ana Lydia Bezerra Santiago – UFMG
4. Antônio Márcio Teixeira Professor – UFMG
5. Margarida Elia Assad – UFPA
6. Rita Maria Manso de Barros – UERJ
7. Sérgio Augusto Chagas de Laia – FUMEC/MG
8. Fernanda Otoni de Barros – PUC/MG
9. Maria José Gontijo Salum – PUC/MG
10. Analícea Calmon Santos – UFBA
11. Márcia Regina Leão d'Agord – UFRGS
12. Cláudia Palma de Souza – UFSM-RGS
13. Leny Magalhães Mrech – USP

### GT 38 – Psicanálise, infância e educação

#### 1. Histórico

Ainda são poucos, no Brasil, os pesquisadores e docentes de instituições de ensino superior que visam a um diálogo interdisciplinar sobre a infância e as instituições sociais, clínicas e educacionais a ela dedicadas, tendo como eixo a psicanálise. Cientes da necessidade de contribuir nessa direção, alguns dos professores reunidos neste grupo de trabalho decidiram, em 2005, apresentar à ANPEPP, para a reunião do XI Simpósio, realizado em Florianópolis, em 2006, a proposta de criação de um novo GT, inti-

tulado Psicanálise, Infância e Educação. Esses professores mantinham entre si, desde há muitos anos, uma interlocução acadêmica privilegiada, uma colaboração e parceria constantes, sobretudo sob a forma de realização de eventos científicos, editoração de periódico, na interface psicanálise e educação, participação em Bancas de Mestrado e de Doutorado, grupos de estudos, de formação e de pesquisa com a participação de orientandos, bem como uma significativa e relevante produção intelectual, conjunta e individual. Os resultados estimulantes da parceria estabelecida motivaram a proposta de criação do GT. No seu primeiro ano de funcionamento, em 2006, o grupo contou com a participação de 08 pesquisadores, sob a coordenação das professoras Sandra Francesca Conte de Almeida (UCB) e Maria Cristina Machado Kupfer (USP). Os outros participantes foram: Leandro de Lajonquière, (USP), Rinaldo Voltolini (USP), Ângela Vorcara (UFMG), Cynthia Medeiros (UFRN), Ana Maria Fontes (UFJF) e Ruth Helena Cohen (UFRJ). O segundo encontro de trabalho do GT, no XII Simpósio, realizado em 2008, em Natal, Rio Grande do Norte, consolidou ainda mais a colaboração entre os seus membros e incorporou 03 novos participantes: os professores-pesquisadores Ana Beatriz Freire (UFRJ) e Rogério Lerner (USP) e a doutoranda da UNICAMP, Odana Palhares. Ao longo dos últimos dois anos, as parcerias de trabalho e de pesquisa oriundos desse Simpósio foram muito significativas e relevantes, tendo permitido estreitar relações entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, estendendo e projetando as produções de membros do GT no exterior, e vislumbrar com maior clareza a possibilidade de incorporar novos colegas e alunos de doutorado ao grupo. Para o terceiro